

Medidas que estimulem a retomada do crescimento, a sugestão de Simonsen

por Guilherme Barros

do Rio

O processo de estagnação econômica brasileiro no atual momento destoa do resto do mundo. Enquanto os países em desenvolvimento convivem agora com uma nova fase de crescimento, o Brasil ainda não tirou seu passaporte para seguir por este mesmo caminho. A primeira consequência disso será que, provavelmente, este ano perderá para a Espanha seu lugar como oitava economia mundial.

A avaliação e o diagnóstico são do ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Nas suas constantes viagens para participar de conferências e reuniões internacionais, ele vem-se convencendo de que o Brasil precisa, urgentemente, buscar seu espaço para poder voltar a andar na mão certa dos novos rumos da economia mundial. Se na década de 70, o Brasil acompanhou o crescimento da economia mundial, hoje está demorando a participar desse processo.

Numa breve análise sobre as novas tendências mundiais, o ex-ministro da Fazenda identifica a formação de três grandes blocos no Ocidente: o europeu, com a unificação dos países do mercado comum, em 1992, o dos países asiáticos, liderados pelo Japão, e o dos Estados Unidos "que, por si só, constituem um bloco".

Com a eliminação das barreiras econômicas a partir de 92, a Europa terá um mercado equivalente ao norte-americano, depois de ter vivido durante um longo tempo a época conhecida por "europessimismo". Neste novo retrado da Europa, a Alemanha surge como liderança, financiando a maioria de seus países vizinhos e exigindo US\$ 800 bilhões para o seu Produto Interno Bruto (PIB).

Outros países seguem pelo mesmo caminho, é o caso, por exemplo, da Espanha e de Portugal, que passaram praticamente uma década estagnados e agora recuperam, com toda a força, este tempo perdido. O caso da Espanha, na opinião de Simonsen, é ainda mais impressionante. Depois que Felipe Gonzalez assumiu o poder, a economia do país passou a receber uma injeção anual de US\$ 5 bilhões de capital externo e a apresentar taxas de crescimento em torno de 7% ao ano. Outro país europeu que tem mostrado a mesma vitalidade é a Itá-

lia, que poderá roubar o lugar da França, de sexta economia do mundo, no máximo em dois anos.

Da mesma forma que Espanha, Portugal e Itália, países asiáticos (como Coréia, Taiwan, Hong Kong e Cingapura) também crescem rapidamente sob o comando do Japão. Nesse bloco, Simonsen destaca o caso da Coréia, que, há três anos, tinha uma dívida externa em relação ao seu Produto Interno Bruto (PIB) superior à do Brasil e agora está pagando essa dívida.

Na opinião do ex-ministro, nenhum desses países se lamuriou pelo tamanho de sua dívida externa e não deixaram de receber novos empréstimos por não terem adotado uma política de confronto. Simonsen observa que o Brasil, ao contrário, desafiou a comunidade financeira e decretou a moratória.

O recente acordo com os bancos privados e as negociações conduzidas pelo Brasil com o FMI, o Clube de Paris e o Banco Mundial representam um bom sinal para o Brasil normalizar suas relações com a comunidade financeira internacional, mas não é tudo. Simonsen acha que o País só voltará a receber recursos externos quando conseguir debelar sua inflação. "Nenhum país do mundo irá investir num país que se satisfaz com uma inflação de 20% ao mês."

Se a inflação é o principal entrave ao crescimento, há outros, para Simonsen, que também contribuem para afugentar o ingresso de recursos externos, como as decisões da Constituinte, que, a seu ver, ainda está presa ao modelo arcaico do nacionalismo da década de 50. Sem o financiamento externo, o ex-ministro considera muito difícil o setor público do País retomar sua capacidade de poupança, que, na década de 70, era de 6% do PIB e agora é negativa, em cerca de 1%.

No caso da inflação, a sugestão do ex-ministro continua sendo a de aplicação de um redutor para os mecanismos de indexação. A opção de um choque, como o congelamento, só seria viável, no seu entender, se o déficit público estivesse controlado. Caso contrário, o País poderia ser levado à hiperinflação. Isto porque um novo congelamento demoraria menos tempo que o Plano Bresser e o repique dos preços teria uma pressão muito mais forte, levando à explosão inflacionária.